



Presidente, qual o valor de sua palavra?

Colegas,

Desrespeito a compromissos com os funcionários do Banco do Brasil. Essa é a realidade que enfrentamos. Datas limites de implantação de programas são adiadas seguidamente. Chega-se ao ponto de o próprio presidente da empresa, Aldemir Bendini, ter que prometer aos funcionários um prazo para implantação do plano odontológico. Nem assim, acordos e promessas são cumpridos.

A situação do plano se arrasta desde a Campanha Salarial de 2008, quando o banco se comprometeu a implementá-lo até julho de 2009. A data foi desrespeitada e o banco se justificou alegando falta de recursos técnicos e administrativos na atual gestão da Cassi, que não conseguiu ampliar seu plano para os funcionários do BB. O banco assinou um termo comprometendo-se, então, a oferecer o plano de assistência odontológica até 31 de janeiro de 2010.

De novo, nada se concretizou. O banco passou a alegar dificuldades na formação de parceria para gerir a carteira de seguridade. No início de março, durante bate-papo na intranet com os funcionários, o presidente do banco foi cobrado sobre o novo atraso no cumprimento do acordo. Ele garantiu que em 60 dias, até 7 de maio na nossa contagem, o plano sairia do papel.

Os dentes continuam doendo, as cáries se acentuam, as gengivites aumentam e os canais infeccionam. Na mesma proporção, se inflamam os ânimos contra o descaso do banco. Diante do desrespeito aos acordos e aos funcionários, o que mancha seriamente a credibilidade e a imagem do maior banco público perante o seu maior patrimônio, o Sindicato pergunta:

Quanto vale a palavra do presidente e até onde vai a irresponsabilidade da empresa com os funcionários?

Com a palavra, Aldemir Bendini.



Obs:

A morosidade nas providências não se limita ao plano odontológico. Tanto que as conversações e negociações avançam pouco.

Por isso, a categoria cobra agilidade na apresentação dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), nas contratações dos aprovados e na construção dos comitês de ética regionais.

Além disso, outro prazo se aproxima: dia 30 de junho é a data-limite para discussão do novo Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) e da jornada de 6 horas. Até o momento o banco não mostra avanços no debate de regras de comissões (comissionamentos e descomissionamentos), alçadas de nomeação etc.

